



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

JOSE VIEIRA DA SILVA FILHO

A CAMPANHA JORNALÍSTICA DE EUCLIDES DA CUNHA NA CAMPANHA DE CANUDOS

Campina Grande

2014

JOSÉ VIEIRA DA SILVA FILHO

A CAMPANHA JORNALISTICA DE EUCLIDES DA CUNHA NA CAMPANHA DE CANUDOS

Trabalho apresentado para a conclusão do Curso de Bacharelado em Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba como parte dos requisitos para obtenção da graduação sob orientação do Prof^o. Dr. Eduardo Gomes Onofre.

Campina Grande

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA 01 – UEPB

S586c Silva Filho, José Vieira da.

A campanha jornalística de Euclides da Cunha na campanha de Canudos [Manuscrito]./ José Vieira da Silva Filho. – 2014.

34 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

“Orientação: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Departamento de Comunicação Social”.

1. Euclides da Cunha. 2. Os Sertões. 3. Antônio Conselheiro. 4. Campanha de Canudos. I. Título.

21. ed. CDD 070.4

JOSÉ VIEIRA DA SILVA FILHO

A CAMPANHA JORNALISTICA DE EUCLIDES DA CUNHA NA CAMPANHA DE CANUDOS.

Apresentada em Agosto de 2014.

Eduardo Gomes Onofre

Profº Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador UEPB)

Antonio Roberto Faustino

Profº Dr. Roberto Faustino (UEPB)

Maria Célia de Assis

Profª Dra. Maria Célia de Assis (UEPB)

DEDICATORIA

Dedico o conteúdo deste trabalho de conclusão da graduação em Comunicação Social, unicamente, à Sua Divina Graça A. C. Bhaktivedanta Swami Prabhupada, nobre preceptor espiritual fundador da Sociedade Internacional para a Consciência de Krishna - ISKCON, que através de seus ensinamentos me resgatou da escuridão nascida da ignorância. A ele devo todo o alento por toda a extensão da minha vida. A ele devo o ar vital que me sustenta a cada novo amanhecer. A ele devoto todas as minhas maiores e mais ínfimas esperanças.

AGRADECIMENTOS

Quero de pronto agradecer profundamente à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, que na qualidade de escola pública me concedeu o direito de avançar com meus estudos rumo à conclusão de um curso superior. Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre e à Prof^a. Ms. Maria Margarida Magalhães Guimarães, que sempre me apoiaram, incentivaram, estimularam, cobraram e colaboraram na realização deste Trabalho de Conclusão de Curso. Seus grandes exemplos de determinação, de entrega e rendição ao serviço acadêmico me serviram de referência, me encheram de entusiasmo para a consecução do sonho de avançar nesse importante degrau da conquista profissional. Também, quero agradecer à minha família que sempre confiou no meu talento enquanto estudante. E, especialmente, agradeço aos queridos amigos Mãe Nani e Cesinha que me presentearam com o computador que serviu de instrumento para por “a mão na massa” e encerrar esse importante capítulo da minha vida.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal a análise documental da obra literária *Os Sertões – Campanha de Canudos*, do jornalista brasileiro Euclides da Cunha, publicada inicialmente no ano de 1902. O livro serviu como um ato de denúncia às atrocidades cometidas por expedicionários do exército brasileiro, com o apoio do governo federal, da igreja católica e forças oligárquicas, contra o Arraial de Canudos, uma comunidade rural messiânica, fundada pelo beato brasileiro Antônio Conselheiro, no final do século XIX, no interior do estado da Bahia. Por se tratar de um trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social, evidencia o esforço de um jornalista em registrar em documento público a ocorrência de fatos que colocaram em risco a rotina normal de uma sociedade, e salienta o compromisso do profissional de jornalismo a não se furtar em alertar a opinião pública para o desvio de conduta que abra precedentes contra o cumprimento das leis estabelecidas em Constituição.

ABSTRACT

This article aims a textual analysis of the famous book *Os Sertões – Campanha de Canudos*, of the Brazilian journalist Euclides da Cunha, initially published in 1902. The book served as a denouncing act towards the atrocities done by Brazilian military soldiers, with support of the national government, catholic church and businessman local initiatives, against the Canudos Camp, a rural religious community founded by the Brazilian priest Antônio Conselheiro, on the of XIX century, at Bahia state, Brazil. Because this article is a final presentation in a Social Communications Bachelor, it enhances a genuine effort from a journalist to point-out in a public resource some facts that threatened the common routine of a society. It shows that a professional of journalism should not compromise the public opinion concerning some deviations that can betray the complete achievement of the National Rights.

PALAVRAS CHAVE: Euclides da Cunha, *Os Sertões*, Antônio Conselheiro.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 01: Euclides da Cunha	p. 12
Imagem 02: Antônio Conselheiro se opondo à República	p. 16
Imagem 03: Igreja Velha de Santo Antônio em Canudos	p. 17
Imagem 04: O corpo morto do Conselheiro	p. 18
Imagem 05: Mapa do Brasil no Século XIX	p. 20
Imagem 06: Folha de rosto da primeira edição de Os Sertões	p. 23
Imagem 07: Fotografia do documentário “A Matadeira”	p. 26
Imagem 08: Incêndio em Canudos em 1897	p. 27
Imagem 09: Mapa de localização do Arraial de Canudos	p. 28
Imagem 10: Mulheres e crianças prisioneiros da Guerra de Canudos	p. 32

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	09
2 – O HOMEM (OS PROTAGONISTAS)	11
2.1 – EUCLIDES DA CUNHA (O AUTOR)	12
2.2 – ANTÔNIO CONSELHEIRO (O BEATO)	14
3 – A TERRA	18
3.1 – O VELHO MUNDO, O BRASIL E A BAHIA NO SÉCULO XIX	19
4 – A LUTA (A CAMPANHA JORNALÍSTICA)	22
4.1 – O LIVRO	23
4.2 – O ARRAIAL DE CANUDOS	27
4.3 – A DENÚNCIA	29
4.4 – O PROTESTO	31
5 – À GUIA DE CONCLUSÃO	33
6 – BIBLIOGRAFIA	35

1 – INTRODUÇÃO

A história nos conta que o primeiro diário impresso no Brasil a defender o interesse dos brasileiros foi o Diário Constitucional, na Bahia, publicado pela primeira vez em 04 de agosto de 1821, conquistando um espaço de excelência no cenário político da época. Contudo, o referido diário teve vida curta e se extinguiu em dezembro do mesmo ano, devido a pressões de forças opositoras. Dele extraímos a epígrafe assinada por Luiz Vaz de Camões: “A verdade que eu conto nua e pura / vence toda a grandiloqua escritura”.

Coincidência ou não, pouco menos de um século depois o mesmo estado da Bahia, viu a semente da verdade jornalística germinar pelas mãos do habilidoso repórter Euclides da Cunha, que em terras soteropolitanas investigou os caminhos que o levaram a publicação do *best-seller* Os Sertões - Campanha de Canudos, publicada pela primeira vez em dezembro de 1902. De tal investida surge um texto literário indispensável ao estudo da escola de jornalismo, um marco para a história da literatura brasileira e importante documento da história do Brasil.

Embora Os Sertões não seja um texto categoricamente jornalístico, é fato que se originou das investidas de um profissional enviado a campo para atender aos interesses de um dos mais destacados impressos diários do país, O Estado de São Paulo.

No presente artigo, tomamos Os Sertões como base da fundamentação teórica e debruçamo-nos sobre o texto composto pelo renomado escritor, buscando auxílio em bibliografias e publicações de internet que nos ampliasse a compreensão do tema, na humilde tarefa de decifrar a missão do jornalismo diante daquilo que se costuma intitular como “o compromisso com a verdade”.

A prática do jornalismo constitui uma atividade, que, desde sempre, influenciou a vida cotidiana das sociedades, em decorrência do seu concentrado poder de tornar público informações sobre diferentes fatos, que direta ou indiretamente determinam os destinos locais ou globais, que afetam de forma coletiva ou individual, as peculiaridades das vidas de seus pares.

No jornalismo, encontramos não só a exposição dos fatos, como também, observamos o registro histórico dos acontecimentos documentados, que possibilitam a formação de arquivos detalhados, capazes de oferecer suporte para a revisão da história, que, eventualmente, se faz necessário.

Ao jornalismo cabe, também, a responsabilidade de revelar fatos, de maneira a permitir que o público interessado obtenha a informação, dotada de elementos através dos quais possa se reconhecer. Uma informação fomentada pela relação entre a palavra escrita e a identidade do leitor, contendo considerações

sobre o meio, o tempo, as personalidades envolvidas, e permita a confluência de idéias, capazes de se tornarem norteadoras de uma época.

Na relação entre a palavra escrita e o leitor, também, reside a contribuição do jornalismo na formação de uma sociedade que se quer esclarecida e, conseqüentemente, qualificada a decidir diretamente, quanto a sua parcela de participação nas tomadas de decisões que envolvam a sociedade, ampliando e favorecendo o potencial de justiça.

Ao compormos o artigo que ora apresentamos, evitamos transcrever um roteiro direto daquilo que já foi apresentado nas linhas da obra de enfoque, mas procuramos construir uma “espinha dorsal” com títulos semelhantes ao texto original, buscando inspiração para a construção de um conteúdo analítico, voltado à composição de idéias singulares, enaltecendo o enfoque das sensações provocadas pelo célebre autor de *Os Sertões*, sobre nossas impressões.

Sendo assim, abrimos o texto com o capítulo “O Homem” onde, em vez de retomarmos as idéias sobre o homem sertanejo, habilidosamente, delineado por Euclides da Cunha, apresentamos um texto biográfico sobre o autor, seguido de breve descrição da personalidade de Antônio Conselheiro, que digamos, seria o “pivô” da Campanha de Canudos que é o tema básico da obra escolhida.

No capítulo seguinte, intitulado “A Terra”, procuramos descrever o cenário político brasileiro da época, que, provavelmente, justifica, ou não, as (des) medidas propostas pelo governo vigente para aniquilar o vilarejo, mais conhecido como o Arraial de Canudos, formado às margens do rio Vaza-Barris, no interior do estado da Bahia.

Por último vem o capítulo “A Luta”, com o propósito de ilustrar o esforço do repórter em estampar, aos possíveis leitores, o testemunho da cobertura jornalística empreendida por ele, na busca da elucidação dos fatos. Neste capítulo, concentramos maior atenção, uma vez que ao tratarmos da luta, chegamos mais próximo de detalhes sobre as investidas do autor na coleta de informação e compreensão da realidade experimentada durante o conflito.

Evidentemente, há muito que considerar sobre o amplo universo de responsabilidades do jornalista, rendido ao caráter extraordinário, intrigante e complexo presentes no exercício natural do seu ofício. Contudo, por maior que seja o esforço em listarmos as implicações do desempenho desse profissional, jamais abarcaremos em definições, as qualidades singulares de um reporte que resolve fazer da redação de seu trabalho, uma obra de arte. Nesse sentido, se faz elementar a apreciação do grande épico nacional, *Os Sertões - Campanha de Canudos* de Euclides da Cunha.

2 – O HOMEM (OS PROTAGONISTAS)

“Adstrita às influências que mutuam, em graus variáveis, três elementos étnicos, a gênese das raças mestiças do Brasil é um problema que por muito tempo ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos.” (CUNHA, 2011, p. 75). Historicamente, a etnologia aponta para a formação do homem genuinamente brasileiro, como oriundo da aproximação entre três povos ou raças distintas: o índio, o europeu e o africano. Da união ou da mistura entre esses tipos raciais é que se deu a formação dos primeiros grupos de habitantes, daquilo, que, formalmente, passou a ser reconhecido como o território nacional brasileiro. A nação brasileira, propriamente dita.

Em *Os Sertões* é fácil perceber a distinção que Euclides da Cunha traça entre o homem supostamente civilizado que povoou as margens litorâneas do Brasil e o sujeito rude, acomodado nas regiões de difícil acesso, residente das terras interioranas. Distinção essa, que estabelece contraste de todas as ordens, quer seja no tipo físico, nos costumes, credos, manias, ocupações, habilidades, enfim. E distinção que, também, caracteriza o ranço de segregação presente na suposição de superioridade de uns sobre os outros, provocando desavença e desunião, num instinto de guerra.

Mas, o homem que aqui destacamos é aquele, que, definitivamente, ocupa a posição de protagonista do sucesso da publicação de *Os Sertões*. A bem da verdade, não apenas um, mas dois são os maiores protagonistas dessa passagem da história da literatura brasileira. Um, brasileiro, republicano, militar, de formação acadêmica, poeta, engenheiro e autor da obra, Euclides da Cunha. O outro, também brasileiro, monarquista, civil, letrado, pobre, simples e beato, mais conhecido como Antônio Conselheiro.

Antes de apresentarmos, individualmente, cada um de nossos escolhidos, queremos salientar as semelhanças existentes entre ambos. E antes ainda, nos cabe ressaltar, serem, curiosamente, protótipos do homem civilizado, Euclides da Cunha, e do homem sertanejo, Antônio Conselheiro. Protótipos de formação distinta, mas, com a peculiaridade de serem ambos de comportamento, preponderantemente, sensível e gentil. Citemos as semelhanças.

Contemporâneos que eram, ambos tiveram um fim marcado por tragédias e muito cedo perderam a mãe para a morte e mais tarde perderam as esposas pela traição do adultério. Ao longo da vida edificaram importantes construções, tais como igrejas, cemitérios, tanques d'água, pontes, escolas e estradas, deixando para traz um legado de obras que serviu de abrigo à educação, à fé, à prevenção da seca, aos antepassados mortos, e abriram caminhos que facilitaram a vida das gerações futuras. Um como engenheiro de carreira, Euclides da Cunha. O outro como obreiro, Antônio Conselheiro.

Ocuparam posições distintas perante a consolidação da República, mas ambos com intenso envolvimento e grande entusiasmo. O mesmo entusiasmo com que consagraram seus nomes na história da humanidade. Um como um idealista acadêmico, Euclides da Cunha. O outro como um líder carismático, Antônio Conselheiro.

2.1 – Euclides da Cunha (O Autor)



Imagem 01 – Euclides da Cunha.

Fonte - http://pt.wikipedia.org/wiki/Euclides_da_Cunha

O homem Euclides da Cunha nasceu na fazenda Saudade, no distrito de Santa Rita do Rio Negro, que passou a se chamar Euclidelândia em sua homenagem, no município de Cantagalo, Rio de Janeiro, no vale do rio Paraíba do Sul, em 20 de janeiro de 1866, sob o signo de capricórnio. Seus pais, Manuel Rodrigues da Cunha e Eudóxia Alves Moreira, o registraram com o nome de Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha. Com a morte da mãe quando ele contava apenas três anos de idade, foi levado a morar nas casas de tios e avós, passando em pouco tempo pelas cidades de Salvador, Teresópolis, São Fidelis e Rio de Janeiro.

Já aos dezoito anos, junto com colegas, fundou o jornal estudantil “O Democrata” onde manifesta seu gosto pela literatura e aspirações poéticas ao publicar suas primeiras produções literárias na forma de poesias.

Aos dezenove anos, decide seguir a carreira de Engenheiro Civil na Escola Politécnica do Rio, transferindo-se um ano depois para a Escola Militar da Praia Vermelha. Neste centro difusor da mentalidade positivista e evolucionista, se acreditava no aperfeiçoamento progressivo da sociedade e se superestimava a ciência em detrimento da teologia, unindo o conhecimento ao republicanismo, que muito pesou na formação do caráter de Euclides. Lá foi aluno de Benjamim Constant, que era discípulo da filosofia positivista de

Augusto Comte e desempenhou importante papel na mudança do sistema de governo que substituiu a Monarquia pela República, em 1889. Foi, também, na Escola Militar da Praia Vermelha que Euclides se tornou um colaborador da revista da escola “A Família Acadêmica”, aprofundando o gosto pela literatura.

Em 1888, na Escola Militar, fez um brado de “viva à república”, e lançou o espadim aos pés do, então, Ministro de Guerra do Império, Tomás Coelho, que passava em revista às tropas em formação. Pelo gesto inconformado, em repúdio à proibição do diretor da escola à manifestação de estudantes no desembarque de Lopes Trovão, – republicano exilado na Europa por pressão do governo monárquico – foi levado à enfermaria e tomado como doente mental, sendo afastado dos quadros do Exército após julgamento do Conselho Disciplinar.

Seu exemplo extremo de defesa aos ideais republicanos, em seu primeiro ano como militar, surtiram comentários de apoio nos jornais antimonárquicos e repercussão nas tribunas do Senado Federal. Euclides se transfere para a cidade paulista de Descalvado, onde foi acolhido por membros do Partido Republicano Paulista, que lhe ofertaram as páginas do jornal A Província de São Paulo, para o qual escreveu artigos de cunho político com o pseudônimo de Proudhon.

Após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, Euclides volta para o Rio de Janeiro e é reintegrado ao Exército, matriculando-se na Escola Superior de Guerra, de onde saiu em 1892, como primeiro-tenente da arma de artilharia e coadjuvante de ensino teórico na Escola Militar, diplomado em Matemática e Ciências Naturais. Após alguns contratempos que lhe valeram a transferência à cidade de Campanha em Minas Gerais rompe com a República, mantendo o interesse a tais ideais, dedicando boa parte de seu tempo ao estudo de problemas brasileiros e de teorias socialistas.

Desligado do Exército em julho de 1896 é nomeado engenheiro-ajudante de primeira classe na Superintendência de Obras de São Paulo. A partir daí, Euclides reinicia sua colaboração ao jornal O Estado de São Paulo, antigo A Província de São Paulo, com dois artigos sob o título A Nossa Vendéia, onde compara a Campanha de Canudos à luta de camponeses na França.

Euclides da Cunha era um homem culto, destemido e comprometido com as forças políticas do país. Em função disso, Júlio Mesquita, diretor do jornal O Estado de São Paulo e ex-Secretário de Estado, o enviou, como repórter e adido ao Estado-Maior do Ministério da Guerra, para acompanhar de perto os acontecimentos que assombravam o governo nacional em virtude da resistência de sertanejos no confronto com militares, no Arraial de Canudos, na Bahia.

Munido da grande determinação que sempre esteve presente em seus procedimentos Euclides partiu para Salvador rumo ao cumprimento da missão e chegando a Canudos se surpreendeu com o que viu. A partir de 10 de julho de 1897, passou a enviar ao jornal uma série de vinte e cinco artigos, sendo o primeiro

deles publicado em 18 de agosto do mesmo ano, onde se lê o texto que revela as condições gerais do combate:

“Como uma praça enorme de guerra, a Bahia tem, nesta hora, ressoando em sua algaravia a vibração de marchas marciaes, notas altas de clarins, brados de armas incessantes e incessante retinir de espadas” (GATÃO, s/d).

Retorna do arraial, abalado pela tuberculose, que lhe afetara ainda na infância, e com acessos de febre, dois dias antes do final da campanha que culminou com a invasão de Canudos pelas forças militares em 05 de outubro de 1897.

De volta a São Paulo, é licenciado para cuidar da saúde e vai para a fazenda do pai em Descalvado, interior do estado, onde inicia a redação da primeira versão de *Os Sertões*.

Em 02 de dezembro de 1902, publica a primeira edição de *Os Sertões - Campanha de Canudos* que se torna sucesso imediato de crítica e público, sendo eleito para a Academia Brasileira de Letras no ano seguinte, quando, também, toma posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Segue a carreira profissional dividido entre compromissos de viagens com o serviço público na condição de engenheiro e a paixão pela literatura, atividades que unidas lhe conferiram muito prestígio, mas que, porém, não o isentaram da pobreza.

Além da obra *Os Sertões – Campanha de Canudos*, Euclides da Cunha foi autor de *À Margem da História*, publicado após sua morte, do ensaio *Peru Versos Bolívia*, 1907, e do texto *Judas-Ashverus*. Entra para a história, consagrado como um dos mais célebres escritores da língua portuguesa, engenheiro, militar, físico, naturalista, professor, jornalista, romancista, ensaísta, filósofo, poeta, geólogo, geógrafo, botânico, zoólogo, hidrógrafo, historiador e sociólogo.

Morreu em 15 de agosto de 1909, prematuramente, aos 43 anos de idade, no bairro da Piedade, no Rio de Janeiro, numa troca de tiros com o amante de sua esposa.

2.2 – Antônio Conselheiro (O Beato)

“Apareceu no sertão do Norte um indivíduo, que se diz chamar Antônio Conselheiro e que exerce grande influência no espírito das classes populares... Deixou crescer a barba e os cabelos, veste uma túnica de algodão e alimenta-se tenuemente, sendo quase uma múmia. Acompanhado de duas professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e dar conselhos às multidões, que reúne onde lhes permitem os párocos.” (p. 165).

“O sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão” dizia o Conselheiro e o povo acreditava. Personagem real e central de Os Sertões, o homem, cearense, Antônio Vicente Mendes Maciel, filho do comerciante Vicente Mendes Maciel e de Maria Joaquina de Jesus, nasceu na cidade de Quixeramobim, em 13 de março de 1830. É certamente o sujeito que fez alguns críticos dedicados considerarem Os Sertões - Campanha de Canudos, um misto de realidade e ficção, tamanho o efeito dramático presente no perfil psicológico de tal personalidade.

Nascido em família valente, os Maciéis, que valorizando o roteiro de grandes gênios literários, se fez abater em conflito com outra família, também, valente, os Araújo, “lá das bandas do sertão”. Avesso a conflitos, tal qual o pai, se pôs de lado às desavenças e sobreviveu.

Tornou-se órfão da mãe já aos quatro anos. O pai, mesmo alcoólatra, quase como um visionário, sonhava ver Antônio ordenado padre, promovendo condições favoráveis a sua formação, garantindo ao filho o estudo de português, latim e um pouco de francês.

Com a morte do pai em 1855, passa ao posto de único varão da família. Em seu currículo inicial soma as funções de balconista, caixeiro viajante, professor primário, escrevão, solicitador. Casado em janeiro de 1857, anos mais tarde perdeu a esposa para um policial e experimentou repetidos fracassos financeiros, que lhe impuseram diferentes situações de desamparo.

Entre idas e vindas, mantém relacionamento com uma segunda mulher, escultora de imagens, com quem gera um terceiro filho. Mas a vida não lhe poupa o chicote e afundado em dívidas e tomado de vergonha sumiu sem paradeiro nas caatingas do sertão. Passado o tempo, dez anos depois reaparece. Então beato, andarilho, penitente, tipo comum dos costumes do sertão. Trajando camisolão de brim, cabelos compridos, barba longa e livros em baixo do braço, na companhia de duas professoras. O infatigável pregador pouco dormia, pouco comia, rezava terço, dava conselhos, arregalava os olhos e convocava a todos para erguer igrejas. Cavava poços, levantava muros de cemitérios. Arrastava multidões. E por onde passava saudava ao povo dizendo: Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

A se ver desprestigiada, a Igreja Católica na época o acusou de louco e assassino da própria mãe e da esposa, determinando seu afastamento do sertão. Levado de volta ao Ceará foi preso. Mas provado sua inocência, retornou no dia e hora previstos por ele. Foi então que virou “o profeta”, que prometia a felicidade após o fim do mundo, calculado por ele para depois do ano de 1900. A multidão de seguidores só fazia crescer e já havia muitos casos de famílias inteiras que vendiam tudo o que tinham para se juntarem à missão do “grande messias”, como também era conhecido.

Nome de fama maior, por aquelas terras, ninguém conhecia. Depois de atrair a simpatia de todo tipo de gente simples do sertão, aceitou em seu grupo a companhia dos jagunços (capangas, pistoleiros que se

colocam a serviço de quem paga), despertando a preocupação dos poderes constituídos. Tomado de aversão por uma “tal república”, que ameaçava o poder do “deus imperador” do regime monárquico, Antônio, o Conselheiro, apoiou o povo que queimou em praça pública, editais da cobrança de impostos que muito alimentavam os cofres do governo e fomentavam a pobreza da população na época.



Imagem 02 – Antônio Conselheiro se opondo à República.

Fonte - http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Canudos

Daí em diante, o Conselheiro e seus seguidores passaram a representar para o poder da região, um grupo de opositores perigosos e, portanto, dignos de pressão armada. Ao perceber a pressão que vinha dos litorais, o Conselheiro foi avançando para a região mais deserta do sertão, decidindo, por fim, sentar acampamento numa velha fazenda abandonada, às margens do Rio Vaza-Barris, no interior da Bahia, originando o Arraial de Canudos. Lá fundou o renomado Império do Belo Monte, um vilarejo rural de casebres amontoados, habitado por seguidores entusiastas.

De Juazeiro comprou madeira para construir uma igreja em Canudos, mas por intervenção de forças oligárquicas não recebeu a encomenda. Mandou seus homens buscarem a madeira, mas um juiz o denunciou impedindo a missão e uma expedição inicial formada de 03 oficiais e 113 soldados foi enviada para desmanchar o arraial. Os soldados foram surpreendidos por homens do Conselheiro em local ainda distante do almejado arraial, em Uauá, e bateram em retirada ao encontrarem jagunços e aliados dispostos a qualquer coisa para defenderem a comunidade.

. Uma missão católica foi, então, tentar convencer o Conselheiro a desarmar seu grupo, mas não obteve menor êxito. Com a ajuda do clero o assunto correu o país e alarmou a segurança nacional, que enviou mais três expedições fortemente armadas ao local.

Apesar da perseguição sofrida, Antônio Conselheiro entrou para a história como o missionário que mais edificou igrejas no sertão da Bahia. Além do nome Antônio Conselheiro, o beato, peregrino, andarilho, pregador, penitente, profeta, messias, também, foi conhecido com os nomes de Santo Antônio Aparecido, Antônio dos Mares, Santo Conselheiro, Irmão Conselheiro, Bom Jesus Conselheiro, Senhor do Bonfim, Bom Jesus. Durante trinta anos peregrinou pelas terras sertanejas e segundo Euclides da Cunha “Vivia de esmolas, das quais recusava qualquer excesso, pedindo apenas o sustento de cada dia. Procurava os pousos solitários. Não aceitava leito algum, além de uma tábua nua e, na ausência desta o chão duro.” (p. 164).

São obras do Conselheiro, entre outras, as seguintes edificações: Igreja Rainha dos Anjos, a primeira obra, em Itapicuru, Bahia, entre 1874 e 1876. Construiu também o Cemitério de Aporá e Capela de Rainha dos Anjos, Cemitério de Itapicuru, Igreja de Mocambo, Igreja de Cumbe, Igreja de Bom Jesus, Igreja de Biritinga, Cemitério de Entre Rios, Caminho de Santa Cruz pontilhado por capelinhas em Monte Santo, Cemitério de Ribeira do Pau Grande, Cemitério do Timbó, Igreja de Esplanada, Cemitério de Vila Cristina, Igreja de Campos, Igreja de Natuba, Igreja de Santo Antônio (a igreja velha), Igreja do Bom Jesus (a igreja nova), Cemitério de Canudos e Igreja de Chorrochó.



Imagem 03: Igreja Velha de Santo Antônio em Canudos.

Fonte: <http://www.girafamania.com.br/montagem/fotografia-brasil-guerra-canudos.htm>

O Conselheiro, também, fundou o povoado de Bom Jesus, atual Crisópolis, na Bahia. Lá há mais igreja feita por ele. Construiu tanque d'água para prevenir a maior seca do século, em 1877.

O beato conselheiro morreu em 22 de setembro de 1897, vítima de disenteria, após ter sido ferido na perna por estilhaços de bala. Em 05 de outubro de 1897, o Arraial de Canudos foi invadido e o corpo de Antônio Conselheiro encontrado, “Envolto no velho hábito azul de brim americano, mãos cruzadas ao peito, rosto tumefacto e esquelético, olhos fundos cheios de terra – mal o reconheceram os que mais de perto o haviam tratado durante a vida.” (p. 579). Depois de ter o corpo decapitado, o cadáver de sua cabeça foi enviado para a capital do país.



Imagem 04: O corpo morto do Conselheiro.

Fonte:<http://www.girafamania.com.br/montagem/fotografia-brasil-guerra-canudos.htm>

3 – A TERRA

Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha, munido do conhecimento técnico científico adquirido no papel de engenheiro e outras tantas qualificações profissionais, abre seu texto descrevendo a terra que percorrera na cata de informações sobre os incidentes ocorridos no Arraial de Canudos. Faz transbordar as primeiras páginas de sua obra, com uma fantástica descrição de terras brasileiras desde as primeiras impressões captadas pelo litoral até o âmago das paisagens nordestinas: “As condições estruturais da terra lá se vinculam à violência máxima dos agentes exteriores para o desenho de relevos estupendos.” (p. 30).

Impressionantemente, dilacera em detalhes cada torrão de terra, cada pedacinho de chão pisado, cada novo declive, superfície, córrego, cada nova vegetação. Descreve o mapa das terras como quem traça um compasso sobre um papel em branco na construção de um planeta, que almejava ser revelado. Não poupa esforços nesse sentido, ofertando ao dicionário das literaturas científicas, completas informações sobre um território em profusão. Uma riqueza de conhecimento, capaz de aludir até mesmo alguém que fosse o mais

renomado na função da geologia e ciências afins. Sem contar o excelente estilo lingüístico, considerado inovador nas publicações brasileiras e surpreendente, na opinião de grandes gênios intelectuais de todos os tempos.

A vasta gama de conhecimento revelado pelo poeta-engenheiro descortina um Brasil pouco conhecido pelos literatos, dando a entender quão amplo e diversificado é o território nacional aos olhos de quem o conhece de perto. Pegamos carona nesse capítulo e nos importamos em descrever o contexto histórico econômico político e social que influenciaram o século da chacina em Canudos.

3.1 – O Velho Mundo, o Brasil e a Bahia no Século XIX

Até os dias atuais, a história mundial, muito centralizada na Europa, mais conhecida como o Velho Mundo, compreende cinco períodos, respectivamente: a Pré-História, a História Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea. O século XIX, no Velho Mundo, atinge, especificamente, o período da Idade Moderna. Nesse período o mundo sofreu graves transformações, que modificaram radicalmente os destinos da humanidade e influenciaram o sistema político global. As principais mudanças registradas na história do século XIX, no mundo, estão intimamente relacionadas a dois fenômenos principais: A Revolução Industrial, que promoveu o sistema capitalista como a mola do comércio internacional e o Cientificismo, que tomou as Ciências Exatas como a principal referência em matéria de conhecimento, passando a um segundo plano Filosofia e Teologia.

Devido a tais mudanças se deu o surgimento do movimento operário, a organização de sindicatos, a formação de partidos políticos, a substituição do sistema de comércio e a rigidez na interpretação das leis da ciência, que deixa de lado o caráter metafísico para adotar uma postura puramente empírica. Em função da mudança de paradigmas, novas leis de produção e consumo, bem como a conquista de direitos sociais passam a valer como regras no mundo todo.

Na contramão do planeta, o Brasil descoberto em 1500, omite de sua história o período pré-descoberta, e tem a sua historiografia dividida em Período Colonial, Período do Império e o Período da República. O século XIX no Brasil começa no final do Período Colonial, compreende todo o Período do Império e se encerra com a Proclamação da República em 1889. Durante esse período, o século XIX, ocorre uma série de acontecimentos que paulatinamente foram transformando a história do país e influenciando na formação da identidade nacional brasileira, que desde 1500, quando foi tomado como colônia pela coroa portuguesa que se intitulou descobridor dessas terras, muito poucas mudanças havia registrado na estrutura governamental do país.

Entre os muitos acontecimentos do conturbado século XIX no Brasil, fundamentalmente, dois momentos estão intimamente relacionados ao tema do presente artigo. Um deles foi a Abolição dos Escravos e o outro foi a Proclamação da República. Em linhas gerais, tentaremos esclarecer a presente afirmativa.

O século XIX inicia em terras brasileiras marcado pela transferência da Família Real Portuguesa, que fugia das guerras napoleônicas, para o território nacional em 1808, encerrando o Período Colonial e elevando o país a condição de Reino Unido de Portugal. Em vistas de tal mudança o país logrou com a implantação de um Banco, uma Biblioteca e a criação da Imprensa Régia.

Ainda no século XIX o Brasil Império chegou a atingir uma população de três milhões de habitantes e havia uma forte pressão interna em favor do rompimento com a coroa portuguesa em prol da independência do país, coisa que veio ocorrer no ano de 1822 depois que o rei de Portugal D. João VI retornou a Europa deixando como Príncipe Regente D. Pedro I, que se tornou o responsável pela Proclamação da Independência do Brasil.



Imagem 05: Mapa do Brasil no Século XIX.

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=mapa+do+brasil+no+seculo+xix>

A Proclamação da Independência do Brasil amenizou o estado de ânimo da população brasileira quanto ao julgo da coroa portuguesa, mas para que a mudança fosse ampliada restava ainda conquistar a libertação dos escravos e posteriormente a Proclamação da República.

Apesar de promover a independência do país, D. Pedro I agia como um ditador, sofrendo com isso perseguição de grupos de oposição que o forçaram a transferir residência para Europa abdicando do trono em favor de seu filho de cinco anos de idade, D. Pedro II. Foi então que o país passou à direção de um

governo provisório encerrado com a legitimação da maioria precoce do jovem D. Pedro II quando este contava com apenas quatorze anos de idade.

Reconhecido como um líder de talento grandioso, D. Pedro II governou o país com uma maestria que conquistou a admiração tanto de autoridades nacionais quanto internacionais. E foi com o talento de um perfeito regente que o Imperador, que nunca possuiu escravos, num país em que ricos e pobres tinham escravos a seus serviços, assumiu para si o compromisso de erradicar a escravidão. Sua primeira vitória nesse sentido ocorreu com o decreto da Lei do Ventre Livre que a partir do dia 28 de setembro de 1871, determinava que todas as crianças nascidas de mulheres escravas no país fossem consideradas livres.

É importante ressaltar que a economia brasileira no século XIX seguia a corrente formada pelo Brasil Colônia que era fortemente concentrada na política de exportação de produtos agrários para o mercado europeu, baseada especialmente na produção de açúcar, que favorecia a formação de grandes latifúndios para o canavial dos senhores de engenhos e influenciava o uso do trabalho escravo. Por outro lado a Europa que se via fortalecida pela Revolução Industrial ansiava por transformar os escravos em futuros consumidores de seus produtos. Dentro desse cenário é que em 13 de maio de 1888, durante um período em que o Imperador buscava por tratamento médico na Europa, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea que garantia a liberdade dos escravos no Brasil.

Infelizmente, a libertação dos escravos careceu de leis complementares que garantisse um destino seguro àqueles cidadãos brasileiros que agora dependiam de alguma política de organização, como por exemplo, a criação de colônias agrícolas ou a distribuição de terras improdutivas para o desenvolvimento da agricultura e a acomodação de suas vidas. Só que, para compensar a dispersão da mão-de-obra provocada pela extinção da posse de escravos, em vez de promover o planejamento social que facilitasse a vida dos ex-escravos, o Brasil agora favorecia a entrada de imigrantes distribuindo terras para quem nela trabalhasse com vistas a fornecimento de matéria prima que fomentasse o novo mercado comercial europeu.

Entre os brasileiros havia pouca discórdia com o regime monárquico, porém repousava grande desconfiança quanto a postura do esposo da Princesa Isabel, o nobre francês Conde D'Eu, que herdaria o trono em substituição a D. Pedro II. Tal desconfiança gerou o apoio popular à Proclamação da República, fato ocorrido com um golpe de estado no dia 15 de novembro de 1889, promovendo o Marechal Deodoro da Fonseca como o primeiro presidente da República Federativa do Brasil. Em 17 de novembro do mesmo ano D. Pedro II e sua família foram exilados para a Europa.

Apesar das muitas conquistas que marcaram o século XIX no Brasil, a virada para o século XX ficou manchada pelo ataque de forças armadas do exército brasileiro ao Arraial de Canudos em 05 de outubro de 1897, sob o governo do terceiro presidente da República Federativa do Brasil, Prudente de Moraes, o primeiro eleito pelo voto direto e primeiro presidente civil do país. E apesar de, aparentemente, a invasão a

Canudos resultar de uma represália aos alardes de que Antônio Conselheiro, fundador do arraial, representava uma organização monarquista de ameaça à República estabelecida, uma disputa política formada por forças oligárquicas no estado da Bahia e na Capital Federal foi uma curiosa coincidência que estimulou o ataque.

De um lado, estavam os vianistas, que defendiam a permanência de Luís Viana no governo da Bahia, que por sua vez apoiavam o nome de Marechal Floriano Peixoto à presidência da República. De outro lado, estavam os gonçalvistas, que apoiavam o nome de José Gonçalves da Silva à retomada do governo soteropolitano, que por sua vez defendiam o nome do Marechal Deodoro da Fonseca no cargo de presidente brasileiro. A invasão a Canudos servia de pano de fundo para as disputas de poder entre ambos os grupos, uma vez que a destruição do arraial poderia determinar a aclamação popular pela substituição de governos, o que leva a crer que Canudos não era alvo de pacificação nem pelo governo do estado, nem pela federação.

É importante lembrar que o atual estado da Bahia, palco da tragédia cometida em Canudos, no século XIX, despontou como a Capitania mais rica do Império e Salvador sua capital, com cerca de 60 mil habitantes era a segunda maior cidade do Império Lusitano, e se destacava como o maior porto do Hemisfério Sul. Apesar de concentrar graves problemas de ordem social, como, por exemplo, o comércio de escravos, por força de sua economia era foco de grande interesse político.

4 – A LUTA (A CAMPANHA JORNALÍSTICA)

Para relatar os fatos e empreender a tarefa de jornalista de reportagem, o profissional de um diário precisa, via de regra, empreender algum tipo de luta, mesmo nos dias atuais, quando a alta tecnologia dos meios de comunicação aparece como forte aliada. No entanto, no mundo do século XIX, período em que ocorreu a Campanha de Canudos, as circunstâncias eram bastante desfavoráveis, tanto no que diz respeito aos meios de comunicação, quanto no tocante aos meios de transporte que dependia da tração animal, da via fluvial e ferroviária. Citando um exemplo, quando o coronel Antônio Moreira César, chefe da terceira expedição, foi morto na madrugada do dia 04 de março de 1897, a notícia só chegou, pormenorizadamente, enviada por telégrafo, ao Rio de Janeiro e São Paulo na noite do dia 07 de março, três dias depois do ocorrido.

A tarefa empreendida por Euclides da Cunha durante aquela empreitada, certamente, resultou de um esforço, que procuraremos acentuar no decorrer desse capítulo. Faremos ainda um apanhado geral do cenário da “luta” travada pelo autor na cata das informações, passando por esclarecimentos sobre as condições gerais que fizeram de seu livro um texto rico em conhecimento para o alcance de futuros profissionais do jornalismo.

4.1 – O Livro

“Admirável pela forma artística, capaz de combinar a elevação histórico-filosófica com o talento épico-dramático e o gênio trágico” Araripe Junior



Imagem 06: Folha de rosto da primeira edição de Os Sertões - Campanha de Canudos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Canudos

Euclides da Cunha se fez jornalista por vocação, numa época em que a escola de jornalismo era a própria profissão. Num Brasil recém-descoberto e desconhecido, pouco depois do Período Colonial, entre a Monarquia do Império e os primeiros anos da República, quando a capital federal era o Rio de Janeiro e o clima político se encontrava deveras agitado e inseguro face aos conflitos de classes, revoltas políticas e disputas de terras. A Rua do Ouvidor, no centro da cidade do Rio de Janeiro era o ponto de convergência da comunidade intelectual e os artigos de jornais eram assinados, preferencialmente, por críticos e pelos autores de ficção como Machado de Assis, o mais famoso da época.

Ao publicar sua obra principal *Os Sertões*, Euclides da Cunha inaugurou o que mais tarde viria a ser reconhecido como o estilo literário Pré-Modernista. É dito, inclusive, que muitos dos inquietos mentores do Movimento Modernista, entre eles Oswald de Andrade, encontraram na literatura “euclidiana” grande inspiração para suas convicções. E é válido ressaltar, que o legado literário de Euclides veio à tona num período marcado por momentos de transição, uma vez que, a um só tempo ele acompanhou a mudança do

governo monarquista para o republicano, a transição das escolas literárias Naturalista, Parnasiana, Realista para a escola Modernista, sendo inclusive seu precursor, e viu de perto a passagem do século XIX para o século XX. Tais mudanças carregam em sua essência, uma gama de conteúdos dotada de densidade psicológico-social, extremamente, desafiadora.

No entanto, a leitura de sua obra permite uma fascinante viagem ao universo real das relações humanas da época, onde se observa o reflexo dos conflitos existentes em sua volta, sem, contudo, desviar o foco de interesse ao caráter sócio-político.

José Veríssimo, o mais destacado crítico de seu tempo, professor de História e de Literatura, um grande inovador da pedagogia nacional, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, um intelectual que dispensa maiores apresentações, foi quem escreveu o primeiro artigo sobre *Os Sertões*, publicado no *Correio da Manhã* de 03 de dezembro de 1902, um dia após o lançamento do livro. No referido artigo considera *Os Sertões* como “obra de literatura, história e ciência que estabeleceu um padrão de leitura que seria seguido por muitos intérpretes”, e “um vasto e profundo tratado de ciências humanas, inovador nos métodos, nas teorias e nas conclusões, nas pesquisas de campo e na reformulação de conceitos, sobre os estudos da cultura do homem brasileiro, falando especialmente do povo sertanejo” (BRANDÃO, 2002, p. 11).

Apesar dos muitos elogios às qualidades da “pena” do autor, José Veríssimo fazia reparos em detalhes que provocaram polêmica entre outros intelectuais. Mas, por se tratar da opinião de um célebre acadêmico, o artigo abriu portas para o sucesso da edição, que no primeiro dia não havia vendido um só exemplar e no dia seguinte a publicação do artigo passou a ser muito procurado nas livrarias.

A primeira edição de *Os Sertões* foi publicada pela Livraria Laemmert & Cia, em 02 de dezembro de 1902, com 1.200 exemplares, custeados pelo próprio autor. O imediato sucesso de vendas (mais da metade dos exemplares vendidos em oito dias, duas edições em menos de sete meses e três edições em apenas três anos), surpreendeu o incipiente mercado editorial brasileiro, que naquela época se via dominado por edições francesas e portuguesas.

Com o sucesso da obra veio a consagração nacional do autor, traduzida em sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, com votos de Machado de Assis e Barão do Rio Branco, e eleição para correspondente do Instituto Histórico Geográfico do Brasil. Hoje *Os Sertões* conta com mais de oitenta edições brasileiras, com tradução para mais de onze idiomas, totalizando mais de sessenta edições no exterior, além de uma versão portuguesa. Em 1994, em pesquisa feita com 15 intelectuais pelo jornalista Rinaldo Gama, da revista *Veja*, o livro foi apontado como o mais importante da cultura brasileira.

Em Nota Preliminar ao texto de *Os Sertões*, Euclides da Cunha declara tê-lo escrito durante quatro anos “nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante” (p. 14), a carreira de engenheiro no serviço

público, que o obrigava a incessantes e cansativas viagens. E o fez para se refazer dos equívocos cometidos como repórter e correspondente de guerra do jornal O Estado de São Paulo, onde, atendendo aos interesses editoriais, publicou artigos que reforçavam a covardia contra a missão da fundação do vilarejo de Canudos, no interior da Bahia, no alto sertão do nordeste, confundida como uma frente anti-republicana.

A linguagem empregada pelo jornalista Euclides da Cunha no texto de sua obra-prima Os Sertões apesar de elogiada, foi alvo da crítica mordaz por parte do renomado intelectual paraense José Veríssimo, que via com desconfiança o excesso de termos técnicos, termos arcaicos, neologismos e as frases rebuscadas, na composição de um novo estilo. Mas, semelhante crítica provocou a indignação do escritor Coelho Neto, e do crítico Araripe Júnior, que em artigos publicados, respectivamente, no Estado de São Paulo (1º e 2 de janeiro de 1903) e Jornal do Comércio (6 e 18 de março de 1903), enalteciam o caráter inovador do jovem autor.

Coelho Neto, ao defender a linguagem requintada e ornamentos verbais adotado por Euclides para exprimir suas impressões, considera que “todo verdadeiro escritor é um revelador”. E Araripe Júnior em seu estudo sobre Os Sertões, compara Euclides da Cunha aos grandes nomes da literatura universal e equipara o relato “das cenas de batalha do Arraial de Canudos às narrativas históricas do grego Xenofonte, do escocês Walter Scott e do francês Gustave Flaubert, além de equiparar sua intensidade à dos romances psicológicos do escritor russo Fiodor Dostoiévski” (VENTURA, 2002, p. 17).

De fato, entre os muitos legados emprestados à literatura brasileira, pela qualidade poética no conteúdo das páginas de Os Sertões, está a riqueza imagética na construção das expressões verbais, que nos vale ressaltar algumas “pérolas”: “A pedra, aflorando em lajedos horizontais, mal movimenta o solo, esgarçando a tênue capa das areias que o revestem” (p. 28), “Acredita-se que a região incipiente ainda está preparando-se para a Vida” (p. 35), “ares imóveis sob a palidez luminosa dos dias causticantes” (p. 42), “O Sol é o inimigo que é forçoso evitar, iludir ou combater” (p. 50), “Um clima é como que a tradução fisiológica de uma condição geográfica” (p. 80); “porque todo o homem é antes de tudo uma integração de esforços da raça a que pertence e o seu cérebro uma herança” (p. 117); “O sertanejo é, antes de tudo um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (p. 118); “o jagunço é menos teatralmente heróico, é mais tenaz, é mais resistente, é mais preguiçoso, é mais forte, é mais duro” (p. 124); “Não existe no Norte uma indústria pastoril. O gado vive e multiplica-se à gandaia” (p. 127); “passam horas matando, na significação completa do termo, o tempo” (p. 132); “a vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade.” (p. 151); “resta aos exércitos infelizes o recurso desse oscilar entre a derrota e o triunfo” (p. 271); “o vencido vence em cada passo que consegue dar para frente” (p. 271); “a brutalidade humana rolava surdamente dentro da quietude universal das cousas.” (p. 273).

Os Sertões ficou também conhecido como “Bíblia da nacionalidade brasileira”, a obra-prima da épica em prosa, na língua portuguesa, em todos os tempos. E seu autor Euclides da Cunha tido como Homero para os gregos, Dante para os italianos, Cervantes para os espanhóis, Goethe para os alemães. “Essa narrativa que Euclides fez da guerra de Canudos inspirou diversas obras literárias no mundo todo. Alguns dos mais conhecidos são: *A Brazilian Mystic* (Um Místico Brasileiro, 1919), do britânico R. B. Cunninghamme Graham; *Le Magedu Sertão* (O Mago do Sertão, 1952), do belga Lucien Marchal; *João Abade* (1958), de João Felício dos Santos; *Capitão Jagunço* (1959), de Paulo Dantas; *Veredicto em Canudos* (1970), do húngaro Sándor Márai; *A Primeira Veste* (1975), do Geórgio Guran Dochanashvili; *La Guerra del Findel Mundo* (A Guerra do Fim do Mundo 1980), do peruano Mário Vargas Llosa; *A Casca da Serpente* (1989), de José J. Veiga; *As Meninas do Belo Monte* (1993), Júlio José Chiavenato; e *Canudos* (1997), Ayrton Marcondes” (VENTURA, 2002, p.12).

Os Sertões também serviu de base para filmes, como o premiadíssimo, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* de Glauber Rocha (1963); *Os Sete Sacramentos de Canudos*, produzido por Peter Przygodda, para a ZDF Alemã, com participação dos diretores brasileiros Joel de Almeida, Jorge Furtado, Otto Guerra, Luís Alberto Pereira, Pola Ribeiro, Ralf Tambke e Sandra Wernek (1996); e *A Guerra de Canudos*, de Sérgio Resende (1997).

Os Sertões ainda inspirou documentários como: *Canudos*, de Ipojuca Pontes (1978); e *Sobreviventes – Os Filhos da Guerra de Canudos*, de Paulo Fontenelle (2004/2005).



Imagem 07: Fotografia do documentário “A Matadeira”.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/A_Matadeira

4.2 – O Arraial de Canudos

“Em Canudos não ficará pedra sobre pedra, para que não mais possa reproduzir-se aquela cidadela maldita, e este serviço a nação deve ao heróico e correto Exército”. Presidente Prudente de Moraes.

A palavra canudos, que deu origem ao nome da localidade onde Antônio Conselheiro montou seu vilarejo, deriva da existência de uma planta chamada de canudos-de-pito, que fornecia canudos para a fabricação de cachimbo de barro, frequentemente, utilizado por nativos da região sertaneja, para o fumo de tabaco. A comunidade pobre de Canudos se fixou naquela região no ano de 1893 e o Conselheiro a rebatizou com o nome de Belo Monte.

A comunidade formada por Antônio Conselheiro seguia o modelo de um catolicismo penitente, corrente na igreja católica do século XIX, baseado no modo de vida ascético e piedosa. Em seu ministério havia o propósito do coletivismo de bens e eram banidos o consumo de bebidas alcoólicas e enfeites femininos.



Imagem 08: Incêndio em Canudos em 1897.

Fonte: <http://www.girafamania.com.br/montagem/fotografia-brasil-guerra-canudos.htm>

A região do sertão onde estava localizado o povoado do Belo Monte, do Conselheiro, era caracterizada por grande extensão de propriedades de terras improdutivas, pelo flagelo das secas e constante desemprego que fomentava graves problemas econômicos e sociais. Havia em toda região ao redor grande grupo de famílias de sertanejos e ex-escravos que circulavam nômades em busca de apoio em algo que os poupasse da humilhação da pobreza, das opressões do clima e da exclusão social. A chamada do Conselheiro lhes caiu como uma luva e sem pensar duas vezes aderiram a sua missão. Em pouco tempo Canudos passou à população mais numerosa da Bahia depois da capital. Na ocasião em que foi invadida, 1897, Canudos contava com pelo menos 25.000 habitantes, morando em cerca de 5.200 casebres construídos de barro e cobertos de palha, vivendo em condições deploráveis, sem a mínima infra-estrutura sanitária, onde diariamente havia registro de óbitos. Pelas condições em que viviam os sertanejos de Canudos, nas páginas de Os Sertões, “A terra é o exílio insuportável, o morto um bem-aventurado sempre” (p. 145). Para Euclides da Cunha, “Canudos era uma tapera miserável, fora dos nossos mapas, perdida no deserto, aparecendo, indecifrável, como uma página truncada e sem número das nossas tradições” (p. 347).



Imagem 09: Mapa da localização do Arraial de Canudos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Canudos

Até que o arraial de Canudos fosse tomado pela intervenção do governo federal, foi necessário o envio de quatro expedições militares subsequentes. Em todas as expedições o número de seguidores do

Conselheiro, mortos, foi muito superior ao de oficiais e soldados do exército, porém o poder de resistência daquele povo provava a total e completa convicção com que defendiam seus interesses. Tanto que, segundo Euclides da Cunha, “Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito” (p. 535) e “Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo” (p. 578). E ainda ia além, pois “Os sertanejos invertiam toda a psicologia da guerra; enrijavam-nos os reveses, robustecia-os a fome, empedernia-os a derrota” (p. 565).

Para ilustrar o potencial de defesa e resistência representado pelos seguidores do Conselheiro, é lícito ressaltar que as quatro expedições militares enviadas contavam com um poderio de armamento cada vez mais reforçado que o outro. A primeira expedição composta de cem soldados e quatrocentos cartuchos por soldados foi chefiada por um tenente – Manuel da Silva Pires Ferreira. A segunda, com seiscentos soldados fortemente armados, contava ainda com dois canhões e duas metralhadoras, e tinha no comando um major – Febrônio de Brito. A terceira, com mil e duzentos soldados, seis canhões e quinze milhões de cartuchos, teve a liderança de um temido coronel – Antônio Moreira César. Este já conhecido pela população soteropolitana, por participar do golpe que depôs, em 1891, o governador do estado da Bahia, José Gonçalves da Silva. A quarta expedição, com um efetivo de dez mil soldados, contou com o comando de quatro generais, tendo à frente o general Arthur Oscar de Andrade Guimarães. Estima-se que vinte mil sertanejos do lado de Antônio Conselheiro, tenham sido eliminados, em contrapartida à morte de cinco mil soldados do exército brasileiro. A guerra terminou com a destruição de Canudos, a degola de todos os prisioneiros de guerra, e o incêndio de todas as casas do arraial.

A primeira, a segunda e a terceira expedições foram batidas em combates que duraram algumas horas. A quarta expedição durou quatro meses, e em algumas oportunidades, esteve prestes a ser derrotada, prevalecendo em decorrência de efetivo envio de reforço, que para alguns teóricos caracteriza uma quinta expedição. Do período dos preparativos da primeira expedição e a ocupação de Canudos, a campanha compreendeu onze meses (novembro de 1896 a outubro de 1897). Antes de ser o centro de uma conspiração monárquica, como acreditavam os líderes de governo, Canudos era considerado pelos seguidores do Conselheiro, o paraíso ou a terra prometida. Era uma comunidade messiânica que se converteu pelas forças inimigas no “simulacro do inferno”, como bem ressaltou o testemunho de Euclides da Cunha.

4.3 – A Denúncia

No texto de abertura Euclides da Cunha declara: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (p. 15).

Em 14 de março e 17 de julho de 1897, Euclides da Cunha publicou em O Estado de São Paulo dois artigos intitulados “A Nossa Vendéia”, onde aproximava o conflito da Bahia em Canudos à rebelião de

camponeses monarquistas e católicos na região da Vendéia, na França entre 1793 e 1795. Nos artigos de comparação, ele defendia a Revolução Francesa ameaçada pela Vendéia, assim como defendia a República ameaçada pelo Conselheiro monarquista. A postura republicana que auxiliava o exército com informações sobre o meio físico que segundo ele protegia o jagunço nativo daquela região, o fez escolhido por Júlio Mesquita, diretor de O Estado de São Paulo, como correspondente para cobertura da campanha de Canudos. A idéia era que ele deveria enviar reportagens sobre as operações militares e tomar notas, para um estudo sobre Canudos que o jornal publicaria em volume, como o mesmo título A Nossa Vendéia, reforçando o paralelo entre a história francesa e a campanha no Brasil.

Euclides da Cunha chegou de navio a São Salvador da Bahia de Todos os Santos em 03 de agosto de 1897, como adido do Estado-Maior do Ministro de Guerra Marechal Machado Bitteencourt. Durante a estada em Salvador, visitou o palácio do governo diariamente e se encontrou com o então governador Luís Viana.

Ele partiu de Salvador em 30 de agosto e chegou a Monte Santo no dia 06 de setembro, após viajar de trem e cavalo. No dia 13 de setembro partiu rumo a Canudos, aonde chegou em 16 de setembro e ficou acampado junto ao exército a 120 km do povoado. Observou o arraial de binóculos e no dia 19 de setembro chegou à Fazenda Velha, surpreso com o elevado número de casas construídas. Euclides passeou pelo povoado no dia 29 de setembro, impressionado com o primitivismo das construções. Em sua caderneta registrou inúmeras anotações entre expressões populares, variações de temperatura, desenhos e cópias de diários de combatentes e poemas populares.

Nas matérias publicadas em jornal Euclides omitiu as atrocidades da guerra, por se sentir tolhido em atacar o exército do qual ele era tenente reformado e fora nomeado adido militar para a cobertura da guerra que acompanhara junto aos combatentes e oficiais do quartel general. Além do mais os artigos enviados pelos correspondentes eram submetidos à censura militar.

Porém em 1º de outubro, após assistir ao ataque violento de seis mil soldados contra o povoado de Canudos, Euclides entrou em estado de choque e interrompeu as reportagens. Em sua última reportagem para o jornal, confessou um profundo desapontamento diante da visão de centenas de feridos amontoados no chão. Mas suas reportagens sobre a guerra se encerraram em 26 de outubro de 1897, com a publicação do artigo O Batalhão de São Paulo pelo O Estado de São Paulo com elogios ao regresso dos combatentes do 1º Batalhão de Polícia paulista.

Euclides se retirou do campo de batalha em 03 de outubro de 1897, doente, com acessos de febre, dois dias antes do término da guerra, após dezoito dias na frente de batalha. Não assistiu à tomada e incêndio da cidade do Belo Monte, nem a descoberta do cadáver de Antônio Conselheiro, fatos ocorridos entre 03 e 06 de outubro. Retornou a Salvador em 13 de outubro e em 16 de outubro partiu de navio para o Rio de

Janeiro, aportando em 20 de outubro. No dia 21 de outubro chegou de trem a São Paulo com a saúde tão abalada que tirou quatro meses de licença para se recuperar. Foi quando seguiu para a fazenda do pai em Descalvado e começou a escrever *Os Sertões*.

Apesar de colaborar com o militarismo republicano no conteúdo das reportagens enviadas ao jornal *O Estado de São Paulo*, Euclides da Cunha encontrou com a publicação de *Os Sertões* a alternativa viável de registrar sua indignação com as atrocidades testemunhadas em Canudos. Ao longo do texto Euclides acusou o Exército, a Igreja, o Governo e fez autocrítica contra a aproximação entre Canudos e a Vendéia apresentada em artigos anteriores.

Em dado momento Euclides afirma de forma categórica que “canudenses deveriam ser tratados à cartilha, não a balas” (SUPLICY, 2002, s/p). Além disso, afirma que o crime cometido em Canudos se tornou possível por causa do isolamento geográfico e cultural da região: “Ademais, não havia temer-se o juízo do futuro. A história não iria até ali” (p. 540). Prossegue o pensamento ao citar: “Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parênteses; era um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava”. (p. 541). Dessa maneira, estabelece a garantia de que a covardia cometida contra pobres irmãos patrícios seria sustentada pela certeza da impunidade, em virtude de ocorrer fora das vistas da crítica popular. É feita a denúncia.

4.4 – O Protesto

É muito difícil compreender o que passa na cabeça de corajosos repórteres que, de maneira inusitada, são enviados a enfrentar todo o tipo de adversidades, sem tempo para medir limites ou distâncias, no afã de obter a jóia rara da informação que alimenta a notícia e preenche os espaços abertos pela curiosidade daqueles que, atados a outros compromissos, lhes confiam a tarefa árdua de lhes traduzir os fatos.

O êxito de Euclides da Cunha ao escrever *Os Sertões* reside, especialmente, na maneira como ele se propôs a traduzir, em detalhes, numa linguagem acessível, a realidade cruel e sangrenta experimentada a ferro e fogo pelas pessoas envolvidas numa das passagens mais desumanas da história desse país de contrastes chamado Brasil. Tanto que em certa passagem do texto ele afirma categoricamente: “Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa da lei, era a vingança”. (p. 540)



Imagem 10: Mulheres e crianças, prisioneiros da guerra de Canudos.

Fonte: <http://www.girafamania.com.br/montagem/fotografia-brasil-guerra-canudos.htm>

A História da Guerra de Canudos, que Euclides revela sob o título de *Os Sertões* escancara para o conhecimento geral a sua estarecida comprovação do distanciamento entre prática e teoria, entre o que se faz e o que se fala. Isso porque *Os Sertões* é o resultado do mergulho do autor no universo dos fatos, na dilatação das pupilas, no sabor amargo da verdade que esconde a sujeição das diferenças na estratificação das raças.

Quando Euclides da Cunha assumiu a tarefa de redigir sua obra *Os Sertões*, provavelmente, o que tinha em mãos era uma série de documentos apanhados por ele na condição de repórter, sobre sua fantástica incursão no universo de Canudos: aquele acampamento-favela, “a *urbs* monstruosa de barro” (p. 183), incrustado no âmago das agruras nordestinas, povoado por uns cem números de fanáticos guiados pelo contundente desejo de liberdade, cercado de norte a sul por outro grupo de fanáticos, ostensivamente armados, guiados pelo incontrolável desejo de vingança. Porém, com a publicação de *Os Sertões*, Euclides da Cunha deixou de lado seu costume militar, as convicções republicanas, a formação acadêmica sobre teorias importadas, a servidão de ofício jornalístico, para optar simplesmente pelo caráter de ser humano. E,

justamente, no momento em que se faz mais humano é que a natureza da informação se completa. É feito o protesto.

5 – À GUIA DE CONCLUSÃO

“Os jagunços lutaram. Até o final. Defendendo Canudos. Naquela guerra fatal”, diz o refrão do samba enredo do Grêmio Recreativo Escola de Samba Em Cima da Hora que no desfile oficial do primeiro grupo do carnaval do Rio de Janeiro de 1976, levou para a avenida o enredo Os Sertões, tratando sobre a guerra de Canudos. O forte refrão composto por Edeor de Paula Machado nos remete a uma cena emblemática de Os Sertões, intitulada por Euclides da Cunha como “Canudos não se rendeu” onde o autor ressalta a bravura dos últimos defensores do Arraial de Canudos: “Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dous homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.” (p. 578).

Não restam dúvidas de que a obra prima de Euclides da Cunha, Os Sertões - Campanha de Canudos, como um marco na história da literatura brasileira, é singular no significado da profissão jornalística. A íntegra do texto composto nos deixa como legado um extenso testemunho da luta secular de cidadãos brasileiros, atados à pobreza e marcados pelo ranço do analfabetismo, da discriminação racial, pela conquista de um pedaço de terra que lhes servisse de morada, num país de território continental, mas de política social excludente. A Canudos estampada nas páginas de Os Sertões não deixa de ser o mesmo acampamento que, de tempos em tempos, esboça as páginas de jornais e lentes de reportagens dos telejornais brasileiros, apontando para a infatigável disputa vivida pelo povo proletariado, na luta pela conquista de casas próprias em terras improdutivas do extenso território nacional, quer seja nas capitais, quer seja no interior.

Nos casos em que a disputa foi bem sucedida vimos o surgimento de favelas semelhantes ao Arraial de Canudos excelentemente delineado nas palavras de Euclides da Cunha: “tinha o aspecto perfeito de uma cidade cujo solo houvesse sido sacudido e brutalmente dobrado por um terremoto. Não se distinguiam as ruas. Substituíam-as dédalo desesperador de becos estreitíssimos, mal separando o baralhamento caótico dos casebres feitos ao acaso, testadas volvidas para todos os pontos, cumeeiras orientando-se para todos os rumos, como se tudo aquilo fosse construído, febrilmente, numa noite, por uma multidão de loucos.” (p. 183). Quantos desses cenários de miséria já não vimos espalhados nas periferias de nossas cidades? E quantas vezes já se viu repetir o gesto de violência praticado pelos conterrâneos dos poderes constituídos contra a massa popular, na perspectiva da reintegração de propriedades? E em contra partida, a despeito de tantas vidas perdidas, há quase cento e vinte anos depois da chacina de Canudos, em que pé se encontra a

política da reforma agrária em nosso país? O que justifica o confronto armado entre cidadãos de uma mesma pátria, senão a ignorância?

Ademais, Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, por mais monarquista que fosse, era um líder carismático, autodidata, dado ao ecumenismo, edificador de igrejas, de cemitérios, preocupado com o flagelo da seca no sertão, interessado na partilha de bens, na construção de uma sociedade justa, fundamentado na fé religiosa, muito comum entre as pessoas de vida simples do deserto sertanejo, do nordeste do Brasil. Antes de ser tomado como um vilão anti-republicano poderia muito bem ser apoiado em suas necessidades, para que com o dom de sua oratória oferecesse um destino melhor ao povo que nele acreditava.

Genocídio, massacre, matança, atentado, carnificina quantos termos cabem a tragédia belicosa ocorrida em Canudos? No Arraial de Canudos houve destruição em massa, tal qual o Massacre de Carandiru, em 02 de outubro de 1992, com a morte de 111 detentos, na Casa de Detenção, em São Paulo capital, ou mesmo o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no município de Eldorado dos Carajás, no sul estado do Pará, em 17 de abril de 1996, que culminou com a morte de 19 sem-terra e há ainda muitos outros registros semelhantes. Em todos os casos as vítimas têm algo em comum. São negros ou mestiços, pobres, desnutridos, indefesos, iletrados. O genocídio é crime que não prescreve, cabendo ao algezo no mínimo o pedido de perdão, de desculpas, coisa que no caso específico de Canudos nunca aconteceu, especialmente, por parte do governo federal. Mas à igreja católica também recai a culpabilidade documentada em *Os Sertões* pelo autor Euclides da Cunha. Se não é capaz de canonizar o irmão beato pelas inúmeras benfeitorias realizadas em nome do Santo Jesus de Nazaré, que ao menos o clero romano, ou mesmo soteropolitano, reconhecesse o equívoco solicitando o perdão aos parentes dos sertanejos vitimados pela tragédia de Canudos fomentada pela discórdia de autoridades eclesiásticas.

A imprensa nacional brasileira, também, desempenhou papel de extrema relevância ao manipular a opinião pública em favor dos governantes, em detrimento aos sujeitados heróis da pobreza residentes em Canudos. Euclides da Cunha foi fiel aos editoriais republicanos em favor à honra do poder vigente, mas traído pelo remorso, caiu em contradição deixando de lado seus ideais, em defesa do que é justo. Em resultado disso, meteu a mão no próprio bolso, como quem corta a própria carne e fez publicar para posteridade humana a retratação de um atentado contra a verdade jornalística, e em nome dessa verdade, se deu a edição da comovente obra literária, *Os Sertões – Campanha de Canudos*, que neste artigo propomos como um tratado indispensável ao conhecimento das cátedras de jornalismo. Que assim seja.

6 - BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, Adelino. Os Sertões uma revolução literária. In: Os Sertões: Campanha de Canudos. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CUNHA, Euclides. Os Sertões. Edição especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

FONTES, Oleone Coelho. No Rastro das Alpercatas do Conselheiro. Salvador: Ponto e Virgula publicações, 2011.

GATÃO, João. Comentário sobre “A Nossa Vêndeia”. In: <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20071001155251AAWSO1U> Consultado em 12 de setembro de 2007.

SUPLICY, Eduardo. In: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=328286> . Consultado em 24 de novembro de 2008.

VENTURA, Roberto. Os Sertões. Folha Explica. São Paulo: Publifolha, 2002.